

RECORTE BIBLIOGRÁFICO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR

BIBLIOGRAPHIC CUTTING ON INCLUSIVE EDUCATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Adriana Alves LIMA¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3827-9465>

Instituto Educacional Santa Catarina Faculdade Guaraí (IESC/FAG)

E-mail: adriannaalaguiar334@gmail.com

Júlio Cesar Ibiapina NERES²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5277-0790>

Instituto Educacional Santa Catarina Faculdade Guaraí (IESC/FAG)

E-mail: julio.neres@iescfag.edu.br

RESUMO

Nas últimas décadas foram realizadas diversas publicações e em vários idiomas abordando a problemática da educação inclusiva no Brasil, no entanto, estas produções foram gradativamente reduzindo em número. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados encontrados por meio de um recorte bibliográfico sobre educação inclusiva no ambiente escolar utilizando-se das bases de dados da CAPES, SCIELO e do IBGE, a fim de encontrar o número de deficientes no Brasil, com ênfase na educação inclusiva. A metodologia utilizada foi por meio da busca ativa nestas bases de dados. Portanto, conclui-se que, a quantidade de pesquisas e de publicações que abordam a temática foram reduzindo com o tempo, ocasionado prejuízo acadêmico e social devido ao déficit de informações cabíveis sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE

Educação especial. Inclusão. Políticas Públicas. Formação de professores.

ABSTRACT

In recent decades, several publications have been published in several languages addressing the issue of inclusive education in Brazil, however, these productions have gradually reduced in number. Therefore, the present work aims to present the results found through a bibliographical excerpt on inclusive education in the school environment using the CAPES databases, SCIELO and IBGE, in order to find the number of disabled people in Brazil, with an emphasis on inclusive education. The methodology used was through active search in these databases. Therefore, it is concluded that the amount of research and publications that address the topic has reduced over time, causing academic and social harm due to the lack of appropriate information on the subject.

KEYWORDS

Special education. Inclusion. Public policy. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Por várias décadas a educação ofertada as pessoas deficientes do Brasil apresentou um caráter altamente segregador, devido suas tendências separatistas do ensino básico brasileiro (Soares, 2019). De acordo com Hobsbawm (1994), até o final do século XX ocorreu o marco do movimento social que modificou a sociedade da época que apresentava um leve perfil inclusivo, passou a transitar para uma sociedade altamente excludente.

No entanto, ao analisar o perfil separatista da sociedade brasileira quanto ao

1 Pedagoga pelo Instituto Educacional Santa Catarina - IESC, Faculdade Guaraí – FAG, Guaraí -Tocantins.

2. Biólogo, Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Docente do IESC pelo Instituto Educacional Santa Catarina – IESC, Faculdade Guaraí – FAG. Guaraí-Tocantins

processo de inclusão de deficientes tanto educação como na sociedade de forma geral, propostas de mudanças foram lançadas e averiguadas para mudar a realidade excludente da época (SOARES, 2019). Segundo afirmações de Garcia (2013), nas últimas décadas, a educação especial obteve mudanças estruturais e conceituais de destaque, a fim de, verdadeiramente possibilitar o processo de inclusão educacional para pessoas deficientes.

Portanto, para compreender positivamente a estas mudanças seria necessário recorrer ao Plano Nacional de Educação (PNE) publicado em 2001. O maior avanço observado no PNE foram as expectativas de projeção para a implantação da “escola inclusiva”, que deveria ter sua base estrutural incorporada na formação de recursos humanos capazes de atender a demanda da educação especial nos vários seguimentos da educação brasileira, como por exemplo, as creches, ensino fundamental I e II, ensino médio e superior (BRASIL, 2001).

Contudo, além da efetivação da escola inclusiva, o PNE retrata que, para a educação inclusiva seja sólida é necessário que os servidores da Unidade Educacional estejam aptos e capacitados para receberem os alunos deficientes. Por esse giro, foi lançado em 06 de julho de 2015 a lei n. 13.146, que especifica sobre o “Estatuto da Pessoa com Deficiência” (Brasil, 2015). O estatuto revela que todos os cursos superiores de formação de professores deveriam conter em suas matrizes curriculares disciplinas específicas ao atendimento de pessoas com deficiência, assim como, a promoção de cursos de capacitação de professores buscando a inclusão.

Por isso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência determina ainda que esta inclusão deve ocorrer em escolas que ofertam o ensino regular, pois, deve ser ofertado ao aluno deficiente os mesmos direitos que são atribuídos aos alunos não deficientes (Brasil, 2015). Pois, para alcançar uma educação inclusiva com integração, as Unidades escolares devem passar por modificações estruturais que oportunize a mobilidade do aluno em todos ambiente escolar e possibilitar recursos pedagógicos para as necessidades individuais dos alunos.

Estas mudanças na Legislação brasileira foram de suma importância para a fomentar adoção de políticas públicas inclusiva para pessoas com deficiências. Pois, não temos a pretensão de ensinar e cobrar o conhecimento como classes “normais”, mas temos que habilitar o acesso de novos conhecimentos, vindo assim atenuar o estigma da exclusão que muitos deles trazem imbuídos em uma individualidade, isto vem explicar a nossa aflição com relação aos que são deficientes, porque fazem parte das chamadas minorias excluídas.

Portanto, é preciso dizer que pessoas com necessidades precisam ter tratamento e oportunidades de igualdade, com justiça sociais, respeitando à dignidade da pessoa humana, ser matriculado nas escolas públicas ou privadas nas proximidades de sua residência, para que possam estar se reintegrando junto à sociedade.

Considerando as informações acima o presente trabalho tem por objetivo, realizar um recorte bibliográfico sobre educação inclusiva no ambiente escolar na base de dados da CAPES e do IBGE, a fim de, obter números contendo a quantificação de deficientes do Brasil e de produções abordando as questões da inclusão educacional nas escolas públicas do território brasileiro.

Com relação a metodologia, o presente trabalho trata-se de um recorte bibliográfico sobre educação inclusiva no ambiente escolar de cunho qualitativo, descritivo e exploratório realizado utilizando-se das seguintes bases de dados: base de dados da CAPES e do IBGE. O critério de escolha por esta plataforma foi motivado devido a sua abrangência em território nacional, pois trata-se de duas plataformas federais, que possuem a finalidade de fomentar e divulgar a produção científica do Brasil e levantar dados estatísticos populacionais brasileiros respectivamente.

De acordo com Francisco (2011), este tipo de trabalho é relevante pois irá quantificar as produções realizadas com um dado tema, assim como, a disseminação destas

informações.

Para a realização da pesquisa, a mesma foi subdividida em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma busca ativa das produções, utilizando-se dos seguintes descritores: educação inclusiva; inclusão, inclusão escolar, formação de professores e educação especial.

Neste trabalho também foram utilizadas as bases de dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de, obter-se o número de deficientes do Brasil, os tipos de deficiências e sua distribuição por região da federação (IBGE, 2010).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Número de pessoas com deficiência no Brasil

O último censo que divulgou o número de deficientes no Brasil foi realizado pelo IBGE ainda em 2010 que possuíam pelo menos uma das deficiências estudadas pelo censo. Neste ano, em todo o território brasileiro existiam 190.755,799 habitantes, e deste total, 45.606,048 (23,91%) declararam possuir pelo menos um dos tipos de deficiências avaliada pelo censo (IBGE, 2010).

O censo do IBGE de 2010 também revelou os números de pessoas que se declararam possuir deficiência motora. Os deficientes motores somaram um total de 13.265,599 e uma representatividade de 29,1% de todos os deficientes que participaram da pesquisa neste ano. Destes, 734,421 afirmaram possuir deficiência motora completa, 3.698,929 deficiências grave e 8.832,249 leve.

Por outro lado, o IBGE de 2010 mostrou outras deficiências como: visuais, intelectual, auditiva, dentre essas, a visual foi a mais presente e relatada entre os entrevistados, e chegaram a 35,7 milhões de indivíduos com essa deficiência visual. Em relação a um grau mais agressivo destaca-se 6,5 milhões que disseram ter a dificuldade e 6 milhões declaram ter problemas de enxergar, sendo que mais de 506 mil são cegas. Por fim, 9,7 milhões da população Brasileira afirmaram ter deficiência auditiva, que equivale a 5,1%. Nesse sentido, a deficiência no tocante a audição com tons mais agressivos foi diagnosticada por mais de 2,1 milhões desses indivíduos. Destas, 344,2 mil com problemas auditivos graves e 1,7 milhão apresentam problemas leves. Quanto à deficiência intelectual foi constatada por 2,6 milhões.

Estes deficientes estão distribuídos de forma bastante heterogênea em cada Região da Federação Brasileira. A região que lidera com no número de pessoas deficientes é o Sudeste, com um total de 33.689,501, sendo que, o maior número de deficientes que passaram pela entrevista, apresentava limitações visuais (14.387,458) em relação as outras deficiências estudadas, e em segundo lugar os deficientes mentais com 10.053,91, em seguida, os deficientes motores (5.412,36) e por fim, os deficientes auditivos (3.835,773).

Em segundo lugar, encontrava-se a Região Nordeste, com 19.270,070, seguida da Região Sul (8.382,972) e Norte (4.868,013). Deste total, a região que possui o menor número de deficientes é a região Centro-Oeste, com apenas 4.158,102, sendo que, 2.534,857 deficientes visuais, 633,851 auditiva, 819,651 motora e 169,743 mental.

Intervenções pedagógicas por meio de políticas públicas de Educação Inclusiva

O ano de 1994 marcou a história da educação inclusiva com o surgimento de Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994). A educação de alunos com necessidades educacionais especiais, que habitualmente relacionava em um exemplo de serviço segregado, nas duas últimas décadas tem focado na Educação Inclusiva. Esta sugestão obteve vigor, acima de tudo depois da segunda metade da década de 90 com a divulgação da Declaração de

Salamanca (UNESCO, 1994), que por meio de outros problemas sugere que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, tem que ingressar nas escolas regulares, que a eles devem se adaptar...”, contudo estas escolas “possuem os meios aptos para lutar contra a discriminação, criando um meio inclusivo e alcançado uma educação para todos”.

Sendo assim, se fala tanto em modificação de legislação se torna positiva, porém contraditória ao ver dos pais e estudantes dedicados ao desenvolvimento infantil, por acreditarem que os filhos/crianças ainda são diferenciados pelos responsáveis pelas instituições que a recebem. A partir da aprovação deste ângulo brotam os medos, preocupações das duas partes, os pais e as crianças ingressam na instituição de ensino. Gerando a seguinte indagação: que maneira pode ser esclarecida as reações que as crianças ampliam neste processo de adequação de não aceitação, recusa e a resistência no espaço escolar?

O ponto contraproducente desta inclusão e ao mesmo tempo adaptação destas crianças no domínio escolar que muitas vezes a estabelecimento não possuem estruturas suficientes para garantir a acessibilidade dos estudantes com deficiência, por falta de preparação pedagógica e psicológica. Segundo Piaget (2006, p.39) mesmo a inteligência sendo um fator de suma importância para o desenvolvimento da criança, é indispensável entender que o foco da inteligência é a adaptação, é a prática de acessibilidade ao contexto educacional.

Portanto, um ponto de caráter prático é que necessitamos que a inclusão seja igualitária para todos e que os nossos profissionais sejam graduados e pós-graduados buscando se especializar melhor e estando preparados para oferecer um ensino inclusivo mais justo e igualitário para todas as crianças no desenvolvimento em sua aprendizagem através de conhecimentos das leis, para que elas possam começar a se acomodar no seu cotidiano no âmbito escolar. Segundo Delalandes (2006; p. 39) o caráter de dinamismo vem explicitado no próprio termo. Não se opta, portanto, pelo termo equilíbrio, que poderia trazer uma conotação estática. Nesse sentido, o conceito de equilíbrio refere-se a um movimento contínuo entre a assimilação e a acomodação do objeto de conhecimento pelo sujeito cognitivo. O momento de equilíbrio do sistema seria chamado de adaptação. (2006; p. 39). O tema em questão chama muito a atenção devido à problemática sobre a inclusão das crianças com necessidades educacionais especial no âmbito escolar.

O percurso histórico das políticas públicas de inclusão escolar

No ano de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial em relação à Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, e coube ao país como assinante da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, a função de garantir a globalização do direito à Educação. A partir dessa responsabilidade ocorreu a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, e em 1993 finalizando, que o objetivo era assegurar a todos os brasileiros até o final de sua duração, “conteúdos mínimos de aprendizagem que cumpra as necessidades fundamentais da vida” (Brasil, 1993, p. 13)

A execução da Educação para Todos de certa forma alcança pessoas com necessidades educacionais especiais, entretanto, parece que as propostas apontadas para esse público possuem elementos específicos. Mel Ainscow, orientador da Unesco, elabora um histórico atraente da Educação Especial na terra, e assegura que em 1970 modificações significativas em outros países que alcance as propostas atuais. Ainscow (1995) exhibe uma apuração feita por esse órgão na década de 1980, em 58 países, em que foi investigado que a organização da Educação Especial, que principalmente em escolas especiais isoladas, que recebia menos alunos. Com base nesses conhecimentos, o relatório da Unesco, mostre que através das “dimensões da procura e a falta de meios disponíveis, as carências da educação e formação da maior parte das pessoas com necessidades

especiais sendo ela intelectual ou múltipla, que não se satisfazem unicamente em escolas ou em bases especiais (Unesco, 1988 *apud* Ainscow,1995, p 18). Baseado nesses conhecimentos, o autor afirma que é essencial inserir modificações nas escolas especiais e nas de ensino regular [...]. Há várias referências que diz o alto percentual de países do mundo todo que a inclusão é um item importante na associação da educação inclusiva. [...]

A razão que foi apontada no relatório da Unesco, em 1988, são as mesmas identificadas em um documento que teve grande significância para a Educação Especial no Brasil: uma ocorrência considerável foi a construção do Relatório Warmock, na Inglaterra, que ocorreu em 1978, que divulgou a definição de “necessidades educacionais especiais”.

A Declaração de Salamanca, resultado da “Conferência Mundial, a respeito das Necessidades Educativas Especiais: acesso a qualidade”, que ocorreu na Espanha, no ano de 1994, divulga que através das grandes despesas em assegurar instituições especializadas, as escolas comuns, tem que receber qualquer criança não importando as suas necessidades físicas, linguísticas, sócias, intelectuais, emocionais, entre outras.

Após dois anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996 - LDB/96 – é decretada, apresentando a adaptação das escolas brasileiras para receber todas as crianças com suficiência. Qualquer tipo de desigualdade sendo ela étnica, social, cultural, ou qualquer outra seja o centro da linguagem de inclusão na escola. As referências de Ainscow e as anotações da Unesco mostram as aflições de interesse econômico conduzindo as apresentações a respeito à assistência com as pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, que também foram escritas na década de 1970, por fixação do Centro Empresarial de São Paulo - CENESP.

Tendo em vista as alterações sociais decorrentes nesse período foram assistidas as criações de leis que deram suporte e tornou fundamental esse exercício de inclusão, percebe se que a Constituição de 1988, julgado uma constituição humana, foi crucial para o aparecimento de outras leis dentro desse cenário inclusivo, a saber: - Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da criança e do adolescente - ECA, onde o artigo 53 dispõe a cerca de “a igualdade de oportunidades para entrada e continuação, e de assistência educacional especializado a pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular prioritariamente”. – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996), a qual a Educação Especial mostra se durante a qualidade de ensino, estando padronizado que todos os alunos com necessidades educacionais especiais sejam recebidos nas escolas regulares (artigo V). – Lei 10.436/02, onde admite a Língua Brasileira de Sinais como modo legal expressão e comunicação da Linguagem de Sinais - Libras, além dos inúmeros preceitos que sustentam as pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Educação Inclusiva na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até o momento presente tem provocado uma insatisfação e incômodo. Depois de expor argumentos referente a desaprovação de comunidades tradicionalmente exilados como, remanescentes dos quilombolas, afrodescendentes, e índios, a BNCC, determina que tem que ter uma responsabilidade “com os alunos com necessidades Educacionais Especiais, visando a carência de práticas pedagógicas inclusivas e de separação curricular, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais” (BRASIL, 2016, p. 16).

As entidades e corporação que estão esforçados em uma escola inclusiva e democrática rejeitam a aplicação desses assuntos de discriminação, que na realidade o que se procura é a inclusão de ajustes e compatibilidade curricular, quando essencial.

O caso de gestão indicado tem como objetivo de conhecer e refletir através da observação e desenvolver um estudo sobre esta política pública em escola da rede pública. Tal relação escolar possuiu diversas modificações pedagógicas e arquitetônicas, conduzido pela inclusão de novas legislações relativamente do conteúdo da interação da criança com deficiência no ensino regular, o que a concedeu, no ano de 2013, se tornarmos referência

em inclusão. Segundo Araujo (2011), apud, Balaban (1988):

Adaptação é um processo gradativo e contínuo, no qual é vivenciado e experimentado de forma diferenciada por cada criança, ou seja, cada caso é um caso. Existindo inúmeros fatores que direcionam essa adaptação; como a influência dos pais, de que forma estão reagindo frente a esta separação ou como desenham e moldam o pensamento escolar na criança?

Diante do aumento da interação desses alunos no espaço escolar, e desta maneira, a não preservação dos seus direitos de desenvolvimento e aprendizagem, procura-se orientar a temática a partir das justificativas históricas, legais e políticos da modalidade de educação relacionada à Educação Especial na expectativa da Educação Inclusiva. Isto consiste em ser feito meditando as políticas públicas de introdução de crianças com deficiência tanto no Brasil e mais especificamente na Rede Ensino Regular.

Portanto, é na instituição de ensino que a criança interage com as outras crianças e constroem seu mundo sócio-histórico e cultural, e desenvolve o seu conhecimento através das brincadeiras construindo e reconstruindo suas imaginações e fantasias. Nesta Perspectiva de Reverbel (1997, p.19), *“É principalmente na escola que a criança pratica a ter um relacionamento com os outros, delineando-se nesse momento sua primeira imagem da sociedade”*.

Os parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que todos os alunos usem o mesmo currículo. Esse currículo deve ser de acordo com a capacidade, necessidades e diferenças individualmente. Essas adaptações quando necessário é um meio de trabalhar frente às barreiras de aprendizagem do aluno. Essas adaptações quando necessário é um meio de concretizar diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Conforme nos diz Kishimoto (2005, p. 137). “[...] trabalhar sobre os temas das brincadeiras daria a crianças elementos culturais para utilização em outras brincadeiras, ampliando seu universo de experiências”. Envolvem planos e ações pedagógicas, como quando avaliar e ensinar, onde a finalidade é a de facilitar o melhor e mais elevado possível de individualização didática, no âmbito mais comum possível, para o aluno que apresenta qualquer tipo de deficiência.

Ver o aluno que possui alguma deficiência, bem como uma pessoa, que possui uma especificidade que a torna diferente dos outros alunos, deve ser visto como um cidadão apto e historicamente situado, com capacidade de responder com habilidade às exigências do meio, contando que lhe seja oferecida condição para tal.

A educação inclusiva na instituição de ensino para a qualidade da Educação Básica

No Brasil a capacitação de professores e outros responsáveis da educação ainda seguem modelos ultrapassados de ensinar, impróprio para suprir as lacunas de uma educação inclusiva. Poucos são os cursos que oferecem uma habilitação voltada para Educação Especial. Atualmente, há a necessidade de se efetivar formações que prepare os professores para o trabalho com pessoas que possuem limitações e que precisam ter acesso a um ensino de qualidade.

No instante que uma escola regular responsabiliza por uma educação inclusiva e adaptada, é necessário que ela enquadre o seu currículo, plano, atividades, e inclusive organizar uma proposta político pedagógica que possa suprir as verdadeiras vontades de cada pessoa. Desse modo, pensar em uma educação inclusiva exige uma mudança radical no contexto educacional, a frente das precisões das pessoas com necessidade educacional especial.

Se, de outro modo possui avanços quando se refere à Educação Inclusiva, especialmente em países avançados, demonstrando suas preocupações, produzindo conferências, aprendizagem e análises em relação a esse assunto, por outro, a um conhecimento que os alunos com necessidades educacionais especiais ainda precisam se manter em escolas especializadas em ensiná-los e desenvolve-los, sem a possibilidade de

inclusão à uma escola regular e sem a integração social. No entanto, compete um trabalho em grupo, incentivado por uma política democrática, que procure uma ação complementar ao currículo e busque uma proposta de uma educação inclusiva, de adequação igualitária, mesmo na desigualdade.

Incluir, então que dizer agregar um aluno ou uma classe na educação regular, a qual é de direito, em um local, que assegure a cumprir a cidadania e ter acesso a distintos conhecimentos. A interação não se define a apoiar somente os alunos que manifesta alguma dificuldade na escola, contudo incentiva toda a população escolar (Mantoan, 1998)

É considerável que precisa se trabalhar com todos de forma interativa, em áreas sensíveis no meio escolar, para que esses alunos não sejam excluídos e participem de aulas diárias. Não temos a pretensão de ensinar e cobrar o aprendizado como turmas “normais”, mas temos que possibilitar o acesso de novos conhecimentos, vindo assim atenuar o estigma da exclusão que muitos deles trazem imbuídos em uma individualidade, isto vem explicar a nossa preocupação com relação às pessoas com necessidades educacionais, porque fazem parte das chamadas minorias excluídas.

Primeiramente, abordamos os direitos que as pessoas deficientes devem ter igualdade de tratamento e oportunidades, as quais devem ser tratadas com justiça social, consideração à dignidade da pessoa humana, com direito de receber mensalmente a título de benefício um salário-mínimo, desde que comprove não possuir meios para se manter ou ser mantidos por seus familiares, e de ser matriculado na escola pública próximo de sua moradia, para que possa estar se reintegrando junto à sociedade.

É analisado que pessoas com necessidades especiais são seres únicos, pois cada um consegue assimilar o conhecimento e aprendizagem a sua maneira e sabemos que isso é exercício de paciência, pois em alguns casos devido à ausência da aptidão intelectual a limitação do indivíduo assimila apenas em noções básicos e enfáticos. Vale evidenciar que o maior desafio da educação inclusiva é proporcionar amparo as grandes questões da disparidade por meio do ensino de qualidade.

Temos que ter ciência que tem que haver uma variação entre o método tradicional e o processo construtivista. As atividades são modificadas de acordo com as aptidões e necessidades de cada um, sempre partindo da precisão do aluno, daquilo que ele quer fazer e aprender. Os alunos são de diferentes níveis, tanto no que tange a aprendizagem e suas vontades de aprender são as mais variadas, ou seja, a professora organiza que favoreçam a vontade do grupo sobre a escrita e leitura, pois é meditando que irá adquirir o conhecimento. Nesse sentido, a professora deixa o aluno agir como um agente ativo e não como um agente inativo.

O construtivismo por ser um processo de aprendizagem pode estar sempre em desenvolvimento de ideias de construção de conhecimento inacabável, onde o sujeito indefinidamente constrói e reconstrói através de seus estágios e relação com o meio cultural e social. A aquisição do conhecimento físico, como se pode observar, diz respeito à elaboração e conhecimento do universo a fora, à obtenção da aprendizagem sobre as propriedades inerentes aos objetos; tal obtenção, porém, é possível somente pela sua inserção avançada em sistemas operatórios e esquemas explicativos (Carrara, 2004, p.162).

Vale aqui destacar que o “construtivismo não é um método de ensino. Construtivismo se refere ao processo de aprendizagem, que coloca o sujeito da aprendizagem com alguém que conhece e que o conhecimento é algo que se constrói pela ação do sujeito”. (Zacarias, 2008, P.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações abordadas no presente trabalho, conclui-se que, diante do elevado número de portadores de necessidades especiais existentes no território

brasileiro identificados pelo censo do IBGE ainda em 2010, e as necessidades da inclusão educacional, social e trabalhista destes portadores, a quantidade de pesquisas realizadas anualmente que se relaciona com a temática encontram-se insuficientes e com informações antigas, o que pode levar a prejuízos acadêmicos e principalmente para a sociedade, pois, esta carência de produções necessárias para a compreensão da problemática pode atrasar ou até interferir nas possibilidades de oferta de oportunidades aos deficientes brasileiros, levando-os ao esquecimento.

Portanto, acredita-se que é fundamental a implantação de políticas públicas voltadas para educação inclusiva, como resolutividade para sanar as lacunas e com aporte financeiro para execução de projetos que visem intensificar os estudos na área de educação inclusiva, principalmente na formação de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Marina da Silveira Rodrigues. **A Escola Inclusiva do XXI: as crianças podem esperar tanto tempo?** Disponível em www.ufsm.br/ce/revista/ceeso/2004/01al.htm. Acesso em fevereiro de 2023.

Almeida, Ordalia Alves, **História da Educação**: Fascículo 1, o lugar da infância no contexto histórico – educacional / Ordalia Alves Almeida. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

Araujo, Rosiane R. **Entrada da criança na escola**. Núcleo de educação na infância CAP/UFRRN Campus Universitário- Lagoa Nova. Disponível em: http://www.nei.ufrn.br/?page_id=676. Acesso em fevereiro de 2023.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases e Educação Nacional**, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Brasil. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases e Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Brasil, Ministério da Educação. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Volume 2. Brasília: 1998.

Brasil. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares para Educação Infantil/ Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

Brasil, Presidência da República – Secretaria Geral – Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

Brasil, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Censo Escolar da Educação Básica**, Brasília: 2015.

Brasileiros Que Declaram Ter Alguma Deficiência. **Análises com base nos dados do Censo Demográfico 2015**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239->

dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>. Acesso em: 2 outubro. 2022.

Castro, Vanessa Dias Bueno, And Maria Júlia Canazza Dall’acqua. Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. **Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 2013.

Covezzi, Marinete. **Sociologia** Fascículo 2/ Marinete Covezzi, Suelli Pereira Castro. Cuiaba: EdUFMT, 2016.

Craveiro, Lídia. **Clínica da criança e da família. O primeiro dia de aula e a ansiedade de separação**. Disponível em: <http://psicologos-evora.blogspot.com.br/2012/08/o-primeiro-dia-de-aulas-e-ansiedade-de-separacao>. Acesso em:

De Aguiar Kasper, Andrea; Loch, Márcia do Valle Pereira; Do Valle Pereira, Vera Lúcia Duarte. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. **Educar em Revista**, 2008, 31: 231-243

Deslandes, Keila. **Psicologia uma introdução a psicologia/Keila Deslandes**. - - Cuiabá: EduFMT 2006.

Eder, Carvalho Rosita, 1937 – **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rosita Edler Carvalho. – Rio de Janeiro: Rio de Janeiro 1. Educação. 2.Educação Especial. 1997, 142p.

Espíndola, Ana Lucia. História da Educação: **Em três momentos da História do Brasil** - - Cuiabá: EdUFMT. 2006.

Flávia, Ana Paula Resende. E Vital, Maria Paiva. (Org.). **A convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiências comentada**. Coordenação de Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. P. 21 cm.

Francisco, E.R.; RAE-Eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. RAE – **Revista de Administração de Empresas** - FGV, São Paulo, v.51, n. 3. Mai. 2011.

Furasté, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico: elaboração e formação**. Explicitação das Normas da ABNT. – 14. Ed. – Porto Alegre: s.n., 2006.

Garcia, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 52: p. 101-119, 2013.

Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; Bueno, José Geraldo Silveira; Meletti, Silvia Márcia Ferreira. Matrículas de alunos com deficiência na EJA: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico** editado pela ANPAE, 2013, 29.3.

Hobsbawm, E. **The age of extremes**. London: Michael Joseph, 1994.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Censo demográfico: p. 1-215, 2010.

Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, 2011, 41:

61-79

Kraemer, Maria Elisabeth Pereira. **A educação inclusiva e a contabilidade**. Disponível em <http://www.Ufsm.br/ce/revista/ceesp/2004/al.htm>. Acesso em março de 2022.

Kamil, C.; DeClark, G. **Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget**. Edição: 6. ed.: Campinas, SP: Papyrus, 1992 - 308p.

Leão, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de Pesquisa** 107 (1999): 187-206. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>. Acesso em abril de 2022.

Manrique. Castro Manuel, **História do Serviço Social na América Latina**/Manuel Manrique Castr; tradução de José Neto e Balkyys Villalobos. – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

Mazzotta. Marcos José da Silveira, **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

Martins, Gilberto de Andrade, 1947 – **Manual para elaboração de monografias**: trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa, Dissertações, 50 resumos de dissertações / Gilberto de Andrade Martins. - - São Paulo : Atlas, 1990.

Moreira, Antonio Flavio, TOMAZ, Tadeu da Silva (orgs) – **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Maluf. Angela Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado**. 5ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro:2007

Nunes, Patrícia. Psicóloga. **O primeiro dia de escola: dificuldades em lidar com a separação**. Disponível em: [http:// patriciasegurado.blogspot.com.br/2012/09/o-primeiro-dia-de-escola-dificuldades](http://patriciasegurado.blogspot.com.br/2012/09/o-primeiro-dia-de-escola-dificuldades)

Pereira, Maria Hila. Educação inclusiva. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1147>. Acesso em abril de 2022.

Pietro. Rosângela, G. Os caminhos da educação especial e a inclusão escolar. **Revista Unicsul**. São Paulo: 2002, p. 233-244.

Góes, M. C. R.; Laplane, A. L. F. (orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva** – Campinas, Sp. Autores Associados, 2004, - (Coleção educação contemporânea).

Resende, Ana Paula Crosana de. **A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências Comentada**. Brasília: Corde 2008.

Resolução Nº 276/2000-CEE/MT, **Lei nº 9.394-20/12/1996**. Governo do Estado de Mato Grosso.

Rego, Tereza Cristina: Vygostyk: **Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1995.

Saloman, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. – 10ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Silva, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural.** *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 28, jun.2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em julho de 2022.

Siqueira, Maria Das Graças Soares; AGUILLERA, Fernanda. Modelos e diretrizes para uma educação inclusiva: revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, 2015, 28.52: 281-294.

Spigolon, Raquel. **A importância do lúdico no aprendizado.** Campinas, SP: 2006.

Tavares, Adriana. **Educação infantil educar para crescer: o começo na pré-escola.** Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/comeco-pre-escola-409976.shtml>. Acesso em julho de 2022.

Zulian, Margaret Simone; Freitas, Soraia Napoleão. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, 2001, 47-57.